



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde
Assessoria do Controle Social

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE

7 2025.

8

9

- 10 1. **Informes;**
11 2. **Aprovação da Ata da 11ª Reunião Ordinária de 2024;**
12 3. **Apresentação do Edital de Chamada Pública Hospitalar e Ambulatorial com**
13 **apresentação e discussão acerca da proposta de valores a serem majorados pela SMS**
14 **para os procedimentos que serão contratados;**
15 4. **Esclarecimentos quanto a atual situação da Fundação de Saúde de Vitória da**
16 **Conquista e da possível privatização do referido hospital;**
17 5. **O que Ocorrer.**

18 **Abertura:** Aos oito dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e cinco às quatorze horas e vinte
19 minutos, na sede do Conselho Municipal de Saúde, situada à Av. Olívia Flores, nº 3.000, Bairro
20 Candeias e de forma on-line, foi realizada a Primeira Reunião Ordinária do Conselho Municipal
21 de Saúde de Vitória da Conquista – BA, cujo objetivo foi discussão da pauta acima descrita,
22 contando com a presença dos seguintes conselheiros: **Fernanda Oliveira Maron** (Secretaria
23 Municipal de Saúde - Titular); **Aline Lima dos Anjos** (Secretaria Municipal de Saúde - Suplente);
24 **Taise de Alcântara Amâncio** (Secretaria Municipal de Saúde – Titular); **Lorena Silveira**
25 **Almeida** (Secretaria Municipal de Saúde – Suplente); **Fernanda Lima Novais Aguiar** (Núcleo
26 Regional – Titular); **Josana P. Andrade Melo** (Setor Privado de Saúde/Filantrópico de Saúde-
27 Suplente); **Ricardo Alves de Oliveira** (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social –
28 Titular); **Maria Tereza Magalhães Morais** (Profissionais de Farmácia e Bioquímicos do Município
29 – Titular - Presidente); **Juliana Oliveira Santos** (Profissionais de Enfermagem – Titular -
30 **Secretária**); **Fabiana Lima Cavalcante** (Entidade de Trabalhadores em Saúde- Titular);
31 **Osvaldo West Filho** (Associação de Moradores- Titular); **Maria Helena Lisboa Viana**
32 (Associação de Moradores- Suplente); **Jhoren Bonfim Sizisnande** (Sindicato dos
33 Trabalhadores Urbanos – Titular – Vice Presidente); **Giovânia Márcia Vieira Souto** (Sindicato
34 dos Trabalhadores Urbanos - Suplente); **Tainá Lima Xavier** (Sindicato dos Trabalhadores Rurais
35 – Titular); **Maria de Lourdes Ribeiro e Silva** (Entidades Religiosas -Titular); **Cleiton Alves**
36 **Batista** (Matriz Africana - Suplente); **Leide Barros Alves Costa** (Entidades Filantrópica do
37 Município - Suplente); **Maria de Fátima Amorim dos Santos** (Conselheiros Usuários dos
38 Conselhos Locais de Saúde – Titular); **Leda Maria Rosa Santos** (Conselheiros Usuários dos
39 Conselhos Locais de Saúde – Titular); **Deusdete de Jesus Oliveira** (Movimento Negro - Titular);
40 **Herberson Sousa Silva** (Movimento Negro - Suplente). A reunião contou também com a
41 presença de visitantes, diretores, coordenadores e gerentes da Secretaria Municipal de Saúde e
42 membros dos Conselhos Locais de Saúde. Após verificação do quórum regimental a Presidente
43 Maria Tereza deu boas-vindas a todos, solicitou autorização para que o Conselheiro Ricardo
44 Oliveira secretarie a reunião na impossibilidade da Conselheira Juliana Oliveira secretariar, o que
45 foi aprovado por todos, em seguida comunicou, para os que estavam de forma presencial que,
46 como as reuniões são gravadas e as atas são publicizadas posteriormente, não é permitido
47

Aline Lima dos Anjos
Osvaldo West Filho

Lorena Silveira
Leide Barros Alves Costa

Fernanda Oliveira Maron

Josana P. Andrade Melo

Ricardo Alves de Oliveira

Maria Tereza Magalhães Morais

Juliana Oliveira Santos

Giovânia Márcia Vieira Souto

Tainá Lima Xavier

Cleiton Alves Batista

K

48 qualquer tipo de registro da reunião, seja foto ou vídeos. O Conselheiro Ricardo Oliveira deu as
49 boas-vindas e agradeceu a todos os presentes, leu a pauta e justificou a ausência dos
50 Conselheiros: Paulo Gadas, Suse Cristina Lima, Christiane Camargo, Rodrigo Damascena e Ana
51 Tibúrcio. **Informes. Primeiro.** O Conselheiro Ricardo Oliveira leu o ofício nº 32/2025 falando do
52 acesso às aulas virtuais do Minicurso sobre "Fiscalização da Política Estadual de Atenção
53 Integral à Saúde da População Negra- PEAISPN " realizado pelo Movimento Negro Unificado da
54 Bahia (MNU-BA) em parceria com SESAB e SEPROM e informando que CES atuou como
55 parceiro na realização do Minicurso "Fiscalização da Política Estadual de Atenção Integral à
56 Saúde da População Negra - PEAISPN", organizado pelo Movimento Negro Unificado da Bahia
57 (MNU-BA) e quem tiver interesse acesse a página do canal do YouTube do MNU-BA:
58 <https://www.youtube.com/@mnubahia>. Leu ainda o ofício nº 10/2024 do CREAME, convidando
59 os ex-presidentes para um encontro no dia 20 de dezembro de 2024 às 19:00 horas na sede da
60 instituição para comemorar os 40 anos de vida como comunidade terapêutica, servindo a
61 sociedade e, em especial pessoas em vulnerabilidade social devido ao uso de substâncias
62 psicoativas, leu ainda o ofício nº 478/2024 da Secretaria de Saúde, reiterando a solicitação dos
63 documentos necessários para elaboração do parecer opinativo sobre as supostas denúncias de
64 irregularidades no processo eleitoral da nova composição do Conselho Curador da Fundação de
65 Saúde de Vitória da Conquista. A Presidente Maria Tereza solicitou que levasse esse ponto para
66 o que ocorrer, porque será necessário prestar esclarecimentos sobre essa solicitação. O
67 Conselheiro Ricardo Oliveira leu ainda o ofício nº 060/2024 da Coordenação de Endemias
68 convidando para participar do dia "D" de combate ao mosquito Aedes aegypti para intensificar às
69 ações do controle vetorial, informou que as atividades foram antecipadas para o dia 12 de
70 dezembro de 2024, considerando a previsão de chuvas e que as ações acontecerão na feira do
71 Bairro Brasil, Bairro Guarani, Praça do acarajé e na sinaleira da Avenida Olívia Flores das 08:00
72 as 12:00 horas e por fim leu o ofício nº 001/2025 da Diretoria da Fundação de Saúde de Vitória
73 da Conquista, Senhora Presidente, Reconhecendo o papel e a importância do Conselho
74 Municipal de Saúde para as políticas públicas municipais de saúde, e em atenção ao ofício
75 059/24 CMS-VC, informo, a impossibilidade de comparecer à reunião do dia 08/01/24, uma vez
76 que na data de solicitação de minha presença já havia outro compromisso agendado. Em tempo,
77 solicito que sejam indicados os canais de reportagem, os links, ou imagens mencionadas no
78 referido ofício, para que possamos compreender o mérito das questões e sejam providenciadas
79 as respostas de forma adequada. Por fim, ressalto a nossa disponibilidade para demais
80 esclarecimentos que se fizerem necessários. Atenciosamente, Daniel Perrucho Faria de Miranda
81 Santos Diretor Geral – FSVC. **Segundo.** A Secretaria de Saúde, Sra. Fernanda Maron deseja
82 um feliz ano novo, em seguida falou do Janeiro Verde que é uma campanha de sensibilização a
83 prevenção do câncer do colo do útero e que estão intensificado as ações na Unidades de Saúde
84 e que irá realizar ações nas Comunidades Quilombolas e solicitou apoio de todos na
85 sensibilização da campanha para fortalecer ainda mais e que essa campanha agora é lei no
86 nosso município desde 06 de maio de 2024, onde a Prefeita instituiu dentro do calendário de
87 eventos do município e que é uma campanha importante não somente no mês de janeiro, mas
88 em todos os dias do ano como acontece nas Unidades de Saúde com a vacina HPV para
89 meninas e meninos de 09 a 19 anos e a coleta de preventivo para mulheres de 25 a 64 anos,
90 além de educação em saúde e que será feito também seminário para finalizar o mês do Janeiro
91 Verde e gostaria do envolvimento de todos na prevenção do câncer do colo do útero. **Terceiro.**
92 A Presidente Maria Tereza informou que se reuniu ainda em dezembro com Dra. Josana Andrade

Alfonsina

João Pedro

João Pedro

João Pedro

Thiago
Thiago

João Pedro
João Pedro

João Pedro
João Pedro

✓

2
João Pedro

93 e Dr. Renato, solicitando inclusive o envolvimento do Conselho de Saúde nessas atividades do
94 Janeiro Verde e que foi dito que o Conselho de Saúde estaria muito disponível para juntar
95 esforços para que tudo isso pudesse ocorrer e que identificou que o Conselho de Saúde poderia
96 auxiliar no sentido de tentar viabilizar uma resposta mais efetiva no que diz respeito a demora
97 nos resultados dos preventivos e que isso já foi discutido nesse Conselho de Saúde, porque a
98 demora é muito significativa que é em média 120 dias e que foi o que a própria então Diretora
99 Atenção Básica da época, Sra. Ana Maria informou, logo depois retornou informando que fez
100 umas mudanças e que esse período havia diminuído para 90 dias o que ainda é um tempo muito
101 grande, sobretudo para pacientes que esteja com algum câncer, porque a doença tende a
102 avançar nesse período e ponderou que se faz um campanha dessa é preciso garantir que esses
103 resultados chegue oportunamente a essas mulheres que é um período de 30 dias, no máximo,
104 até porque o nosso município pactuou com muitos municípios para fazer preventivos o que torna
105 um problema, porque acredita que esse prazo é grande porque tem uma quantidade muito
106 grande de exames sendo feito e o que traz hoje é justamente esse assunto e sugeriu rever se o
107 nosso município tem condições de manter essa pactuação de forma que esse prazo diminua e
108 se não for esse o problema, que identifique dentro do laboratório municipal qual é o problema,
109 porque leva mais de 90 dias para entregar um resultado e que a conversa que teve com Dra.
110 Josana Andrade e Dr. Renato foi que a ajuda desse Conselho de Saúde era no sentido de tentar
111 identificar, junto a Secretaria de Saúde e a Coordenação do Laboratório Municipal, onde está a
112 dificuldade de entregar os resultados no tempo oportuno, porque não tem como fazer uma
113 campanha desse tamanho se o preventivo não chega para as pacientes, em seguida sugeriu já
114 tirar dessa reunião uma resolução, encaminhando um ofício para a Secretaria de Saúde
115 solicitando medidas para diminuição desses prazos. **Quarto.** A Presidente Maria Tereza
116 demonstrou seu desapontamento de saber que somente ontem à tarde, 07 de janeiro de 2025,
117 o Diretor da Fundação de Saúde resolveu encaminhar um ofício para esse Conselho de Saúde
118 nos informando que ela não irá participar da reunião de hoje para prestar os esclarecimentos que
119 foram deliberados no início do mês de dezembro de 2024, ou seja, teve mais de um mês para
120 que a Fundação de Saúde pudesse se programar, ou designar outra pessoa para assim respeitar
121 aquilo que foi deliberado por esse Conselho de Saúde e que denúncias continuam acontecendo
122 contra a Fundação de Saúde e que inclusive no que ocorrer tem mais uma para fazer e registrou
123 sua indignação pelo desrespeito desse diretor que não atendeu ao chamado desse órgão de
124 Controle Social. **Segundo Ponto de Pauta. Aprovação da Ata da 11ª Reunião Ordinária de**
125 **2024;** O Conselheiro Ricardo Oliveira colocou a ata da 11ª Reunião Ordinária de 2024 em
126 votação, a ata foi apreciada, votada e aprovada por unanimidade. **Terceiro Ponto de Pauta.**
127 **Apresentação do Edital de Chamada Pública Hospitalar e Ambulatorial com apresentação**
128 **e discussão acerca da proposta de valores a serem majorados pela SMS para os**
129 **procedimentos que serão contratados;** A Presidente Maria Tereza informou que foi feita uma
130 combinação entre a Comissão de Saúde e a gestão que essa apresentação seria encaminhada
131 antecipadamente para o Conselho de Saúde e, como não foi enviada, sugeriu colocar no grupo
132 de WhatsApp do Conselho de Saúde para que todos possam acompanhar. A Diretora da DRAC,
133 Sra. Aline dos Anjos iniciou a apresentação, em slides, esclarecendo que em propostas
134 anteriores de majoração de valores trouxe como contratação de serviços e procedimentos e que
135 a proposta era para dar encaminhamento para uma nova chamada pública hospitalar e
136 ambulatorial e que depois das últimas apresentações viu a necessidade de discutir
137 primeiramente com a Comissão de Saúde e somente aí apresentar para a plenária e acrescentou

Alberto

Walter

Renata

Renata

Renata

Renata

Renata

Renata

L

que nas reuniões com a Comissão de Saúde que a gestão não estava buscando nenhuma aprovação dessa majoração e valores, mas somente apresentar para o Conselho de Saúde a minuta do edital de chamada pública hospitalar e ambulatorial que a Secretaria de Saúde pretende publicar nos próximos dias, porque tem uma necessidade de substituir contratos existentes que não contemplam alguns procedimentos e outros contratos que estão finalizando e assim garantir que não tenha desassistência, na oportunidade pediu desculpas por não ter encaminhado o documento antes e que não irá apresentar a tabela, já que todos estão acompanhando, irá apresentar a lógica que a minuta do edital da chamada pública traz para que os prestadores possam se manifestar, caso tenha interesse em realizar os procedimentos ou não, relatou ainda que irá apresentar somente os procedimentos e valores que ainda não houve um consenso e que ainda precisa da aprovação, já que os demais já foram resolvidos nos encontros que aconteceram. A Presidente Maria Tereza informou que, para os demais entenderem, nas reuniões que aconteceram com a Comissão de Saúde e gestão seguiu a lógica da discussão da reunião de agosto de 2024, onde tudo que não ultrapassasse o 100% de majoração seria aprovado, até para que não fique entendido que a Comissão de Saúde aprovou coisas que não foi discutido com o restante do Conselho de Saúde. A Diretora da DRAC, Sra. Aline dos Anjos reforçou que todas as chamadas públicas que tiver de agora em diante a gestão terá o mesmo cuidado de se reunir com a Comissão de Saúde para que possa entender o processo, antes mesmo de apresentar para toda a plenária e que essa medida não entende como exclusão dos demais, mas uma tratativa que compete a Comissão de Saúde, dando continuidade informou o resumo da minuta do Edital da Chamada Pública Ambulatorial e Hospitalar como termo integrante do contrato, que contém as características gerais dos serviços e atividades desenvolvidas pelo contratado, os compromissos assistenciais com os respectivos quantitativos de procedimentos, as metas de qualidade e indicadores específicos das redes prioritárias, que são objetos de pontuação desta contratualização que consta de: Compromissos gerais; Identificação/Caracterização; Recursos humanos; Equipamentos; Instalações Físicas, acrescentou que essa chamada pública é direcionada para hospitais, uma vez vendo a possibilidade de contratação segue para a parte de Serviço de Urgência e Emergência e este tópico abrange os parâmetros e metas relacionados aos serviços e procedimentos ambulatoriais de urgência e emergência que fará parte do Componente Pré-Fixado. Os serviços e procedimentos compreendem a um montante mensal condicionados ao cumprimento de metas, sendo que 40% deste valor estão condicionados ao cumprimento de metas qualitativas que estarão descritas no Documento Descritivo e que asseguram a prestação dos serviços com qualificação, a outra parte do valor (60% do Componente Pré-fixado) estão relacionados ao cumprimento de Metas Quantitativas (Físicas), em seguida o prestador, conforme sua capacidade instalada, irá avaliar quais os serviços que ele deseja se credenciar e citou quais os serviços que a gestão compreendeu, dentro dessa porta de entrada de urgência e emergência que são: Clínica Geral, Traumato-Ortopedia, Cirurgia Geral, parto/nascimento emergências obstétricas e ginecológicas, atendimento ao recém-nascido, atendimento pediátrico e atendimento em Anestesiologia, relatou ainda que o prestador pode se credenciar em todos esses serviços ou parcialmente, desde que comprove a capacidade instalada, quanto aos atendimentos diretamente ao paciente, consta no documento descritivo, a proposta que os serviços possam se credenciar, caso tenha interesse em receber o valor de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais) a cada 24 horas, entendendo que precisa ter atendimento ininterrupto durante todo o mês, quanto aos procedimentos, informou que é necessário já que somente na

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

4

183 consulta, muitas vezes não é suficiente para chegar a um diagnóstico, dessa forma foi proposto
184 contratação de serviço dos subgrupos de: Coleta de material; Diagnóstico por radiologia;
185 Diagnóstico por ultrassonografia; Diagnóstico por Endoscopia; Consultas / Atendimentos /
186 Acompanhamentos; Procedimentos Cirúrgicos e Diagnóstico por tomografia, entendendo que
187 todos esses subgrupos já foram discutidos nas reuniões que ocorreram junto a Comissão de
188 Saúde, restando somente o Diagnóstico por ressonância magnética e sedação para ressonância
189 magnética (até 02 regiões anatômicas), onde o valor de referência é de R\$15,15 (quinze reais e
190 quinze centavos) e a Secretaria de Saúde está propondo uma majoração de R\$ 461,50
191 (quatrocentos e sessenta e um reais e quinze centavos) o que ultrapassa os 100%, porém
192 chegou a esse valor mediante cotação de mercado e reforçou que o município tem uma fila de
193 espera incalculável para esse tipo de procedimento e que estiveram reunidos com funcionários
194 do Hospital Geral e os mesmos expuseram a dificuldade que o hospital tem de fazer esses
195 procedimentos com sedação, sobretudo em crianças, dando continuidade apresentou um quadro
196 de Incentivo municipal para custeio e operacionalização do Serviço de Urgência e Emergência;
197 Proposta de financiamento em 8% do valor total contratualizado, referentes aos serviços e todos
198 os procedimentos ambulatoriais, entendendo das despesas que os hospitais tem em manter um
199 pronto socorro por 24 horas e por isso esse incremento de 8% como incentivo, citou ainda a
200 questão da faixa de desempenho e exemplificou que, se o prestador fizer acima de 91% irá
201 receber o valor integral, caso realize de 81 a 90% irá receber 90% do valor, se executar de 71 a
202 80% irá receber 80% do valor, caso cumpre de 61 a 70% da meta irá receber 70% do valor, caso
203 cumpre 51 a 60% irá receber 60% do valor e caso atinja somente 50% irá receber pelo serviço
204 individual, em seguida falou do componente pré-fixado da produção de média do bloco de
205 ginecologia, obstetrícia/parto e nascimento que são: Serviço de urgência e emergência,
206 atendimento ao parto/nascimento e as urgências e emergências obstétricas e ginecológicas nas
207 24 horas em todos os dias da semana, disponível aos usuários do SUS e Serviço de urgência e
208 emergência, atendimento ao recém-nascido, por médico capacitado, (Pediatria ou Neonatologia)
209 nas 24 horas em todos os dias da semana, disponível aos usuários do SUS com valor de R\$
210 2.300,00 (dois mil e trezentos reais) a cada 24 horas, apresentou ainda o valor que foi proposto
211 para internamento de obstetrícia/ginecologia (clínica e cirúrgica) no valor de R\$ 1.074,30 (mil e
212 setenta e quatro reais e trinta centavos) também aplicando a faixa de desempenho, trouxe ainda
213 o componente pré-fixado da produção de média complexidade ambulatorial como
214 Ultrassonografia para estudo profundo de endometriose e sedação (específica para realização
215 de ressonância magnética - uma ou duas regiões anatômicas) que ainda não foram aprovados
216 e o valor de cotação encontrado foi média de R\$ 843,00 (oitocentos e quarenta e três reais) para
217 as ultrassonografias e R\$ 461,50 (quatrocentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos)
218 para sedação, informou também, somente a título de conhecimento de todos, uma vez que já
219 foram aprovados, o valor de AIH para internamento clínico é de R\$ 790,77 (setecentos e noventa
220 reais e setenta e sete centavos), para internamento cirúrgico o valor é de R\$ 1.292,86 (mil
221 duzentos e noventa e dois reais e oitenta e seis centavos) e para internamento de pediatria é no
222 valor de R\$ 620,28 (seiscentos e vinte reais e vinte e oito centavos), na oportunidade informou o
223 quantitativo de procedimentos que desejam contratar, falou também os Subgrupos dos
224 componentes pós-fixado da produção de alta complexidade com finalidades diagnósticas como:
225 Coleta de material; Diagnóstico em laboratório; Diagnóstico por radiologia; Diagnóstico por
226 Ultrassonografia; Diagnóstico por Tomografia; Diagnóstico por Ressonância Magnética;
227 Diagnóstico por medicina nuclear In Vitro; Diagnóstico por radiologia intervencionista; Métodos

228 Diagnósticos em especialidades; Terapias especializadas e Cirurgia Torácica, lembrando que
229 para cada subgrupo supra citado tem vários procedimentos que inclusive precisam da aprovação
230 desse Conselho de Saúde para contratar como: ANGIOGRAFIA CEREBRAL (04 VASOS);
231 ANGIOGRAFIA DE ARCO AORTICO; ANGIOGRAFIA DE ARCO AORTICO E TRONCOS
232 SUPRA-AORTICOS; ARTERIOGRAFIA CERVICO-TORACICA; ARTERIOGRAFIA P/
233 INVESTIGACAO DE ISQUEMIA CEREBRAL; ARTERIOGRAFIA SELETIVA VERTEBRAL entre
234 outros e fez um comparativo com o que é pago atualmente e com o que a gestão pretende pagar,
235 que inclusive é bem menor que o valor que a SESAB executa em Vitória da Conquista, da mesma
236 foram apresentou os valores dos procedimentos cirúrgicos e explicou que esses procedimentos
237 estão distribuídos conforme a região anatômica, porém decidiu-se que iria distribuir os
238 procedimentos cirúrgicos, independente da sua região anatômica, em três blocos e financiaria
239 esses três blocos de maneiras diferentes, porém de forma que chegasse ao valor final de R\$
240 1.939,29 (mil novecentos e trinta e nove reais e vinte e nove centavos) que corresponde a uma
241 média de dois mil reais a menos que o que o PLANSERV paga atualmente, apresentou ainda os
242 demais procedimentos com proposta de valor final de 2.908,93 (dois mil novecentos e oito reais
243 e noventa e três centavos) que também corresponde a uma média de três mil reais a menos que
244 o que o PLANSERV paga atualmente, por fim apresentou o último bloco com proposta de valor
245 final de R\$ 3.232,15 (três mil duzentos e trinta e dois reais e quinze centavos) que corresponde
246 a uma média de quatro mil reais a menos do que o que o PLANSERV paga atualmente, citou
247 ainda que os procedimentos cirúrgicos trazem uma realidade que diz respeito ao TFD-
248 Tratamento Fora do Domicílio, onde as cirurgias, que não são feitas dentro do município, geram
249 muito mais despesas para o município já que o paciente tem que se deslocar por mais de uma
250 vez para fazer a cirurgia em outro município, inclusive valores até quatro vezes maior que o valor
251 proposto para contratualização do serviço dentro do domicilio. A Conselheira Josana Andrade
252 relembrou que o Hospital SAMUR tem contrato com a município através da UNACON e deixou
253 claro que o referido hospital não faz distinção de SUS ou particular e trata seus pacientes todos
254 iguais, porém, é inegável que o hospital tem custos altíssimos e que tem interesse de participar
255 da chamada pública enquanto Hospital SAMUR, mas de uma forma que dê para pagar os custos
256 e que todos pensassem com carinho, porque os valores são muito aquém e que nem está falando
257 de obter lucro é somente para pagar as despesas e que a população precisa ser atendida com
258 qualidade e sugeriu inclusive fiscalização por parte do Conselho de Saúde, porque o prestador
259 que aceitar as condições da chamada pública precisa cumprir com o seu papel. O Conselheiro
260 Ricardo Oliveira informou que concorda que o Conselho de Saúde precisa acompanhar a
261 execução de tudo que está sendo feito e que acredita que, diante do contexto, não tem como ser
262 contra a proposta da Secretaria de Saúde e também tem a questão dos prestadores que não é
263 certeza que eles irão aceitar essas propostas, porém uma vez aceitando as propostas tem que,
264 além de executar na íntegra, cumprir o contrato até o final. A Presidente Maria Tereza lembrou
265 se que a reunião que tratou dessa temática foi extremamente conturbada, desrespeitosa com
266 todos os presentes e a Comissão de Saúde achou procedente fazer esses encontros com a
267 DRAC, que estava construindo o edital, para que pudesse analisar item por item da tabela que
268 foi apresentada em agosto de 2024 de forma que chegasse para esse plenário apenas aqueles
269 valores que não houve consenso que são os que ultrapassava 100% do valor, porque, enquanto
270 membro da Comissão de Saúde, achou os valores propostos por demais abusivos e que ainda
271 hoje sua posição não muda muito e que fica chocada quando ver um procedimento sair de
272 trezentos e quarenta reais para quase três mil reais e que tem dificuldades de acompanhar isso

e de dar o seu voto em um procedimento que precisa majorar em quase 1000% e relatou que continua sentindo falta de alguns pactos que foram feitos nas reuniões entre a Comissão de Saúde e a DRAC e que até entende que tiveram o cuidado de visitar tabelas do PLANSERV e SESAB e que os valores que a SESAB está pagando acredita que é justamente pela dificuldade que também estão tendo de contratação, porém nas reuniões tinham discutido uma outra questão que é a respeito das quatro portarias que foram publicadas em julho de 2024 e que foram faladas na reunião de agosto que trazia as tabelas do Ministério da Saúde do cuidado integrado em Oncologia, Otorrinolaringologia, Oftalmologia e Ortopedia que traz os pacotes e que solicitou, na época, que desse uma atenção aquelas tabelas, até porque o governo federal lançou as tabelas e os prestadores estão tendo interesse, o nosso município poderia perfeitamente fazer uso delas, pelo menos nos itens que estiverem dentro das OCIs, - Oferta de Cuidado Integrado, relatou ainda que falou dessas tabelas na reunião de agosto, nas reuniões presenciais e volta a falar na reunião de hoje, outra questão diz respeito a uma Portaria nº 6465 que foi publicada em 30 de dezembro de 2024 e que corrige alguns valores de procedimentos da tabela SUS e exemplificou o procedimento Amidialectomia que era pago R\$ 306,57 (trezentos e seis reais e cinquenta e sete centavos) pela tabela SUS e nessa nova tabela que foi publicada em dezembro está pagando R\$ 551,22 (quinhentos e cinquenta e um reais e vinte e dois centavos) para o serviço hospitalar mais R\$ 551,78 (quinhentos e cinquenta e um reais e setenta e oito centavos) para o serviço do profissional, somando o valor de R\$ 1.103,00 (mil cento e três reais), valor semelhante ao que a SESAB está praticando e em nosso município foi proposto o valor de mais de dois mil reais e acredita que antes de votar é necessário tem mais uma discussão sobre essa temática até para corrigir a nossa tabela com a da portaria de dezembro e que inclusive o Conselheiro Ricardo Oliveira postou essa tabela no grupo de WhatsApp da Comissão de Saúde e reforçou que precisa rever todos esses procedimentos antes de aprovar, porque já tem uma majoração e precisa ajustar, dessa forma sugeriu rediscutir antes de colocar em votação. A Assessora Especial, Sra. Glêssia Tigre informou que referente as OCIs o município já aderiu e que em dezembro de 2024 participaram da reunião de pactuação e que estão em processo de planejamento, porém como é algo novo deve levar um tempo para que tudo resolva e que a gestão tem conhecimento das portarias e que realmente até as reuniões que tiveram não tinha o bloco de cirurgias dentro do programa de mais especialidades e que os ajustes de valores que foram publicadas na portaria será levada em consideração e a tabela do município será corrigida e que não fizeram essas correções, porque essa planilha com esses valores foram apresentadas nesse Conselho de Saúde em agosto e se alterasse iria gerar confusão no entendimento, mas que tem conhecimento das portarias e que irá ajustar os valores, citou ainda de uma outra portaria que entra como mutirão que incrementa a maioria dos valores em 300%, exemplificou que tem valores de cirurgias nas portarias que inclusive o município consegue contratar por valores menores. A Diretora da DRAC, Sra. Aline dos Anjos informou que quando estiveram na reunião de adesão das OCIs, foi amplamente discutido, porque hoje encontra uma nova modalidade de financiamento, que é o cuidado integrado onde o paciente é acompanhado de perto por todo o tratamento, relatou ainda que o nosso município tem uma modalidade e financiamento diferente e que inclusive depois da reunião conversou com Dra. Alcina Bulhões em relação a isso, porque em algumas situações, mesmo apresentando o formato do atendimento quanto o valor diferenciado, esse valor ainda precisará ser complementado, falou ainda que os municípios que não aderiram as OCIs ficarão com responsabilidade de execução do estado, quanto a portaria publicada em dezembro informou que teve acesso e que percebeu

Alfonso

John

Jeff
Re
SW

Geckolepis

1

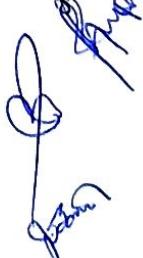
free

1

feel.

recebeu
Dra. Ana
João

que alguns valores eram inferiores ao que o município estava propondo de majoração, mas que não chega ao valor que entende que seja possível dentro do município, porque corre o risco da chamada pública dar deserta, porque são valores que na prática são difíceis de executar os procedimentos, até porque o volume de procedimentos contratualizados pelo município é infinitamente menor que a quantidade da SESAB e que pode perfeitamente alterar na planilha os valores que estão sendo praticados hoje, depois da publicação da portaria de dezembro, porém ainda assim entende que alguns procedimentos precisarão de majoração e a diferença é que o valor aplicado pelo município será menor, já que o valor base da tabela SUS aumentou e o repasse do governo federal será maior. O Conselheiro Ricardo Oliveira ponderou que temos que levar em consideração não só a realidade de cada município, mas o gasto exorbitante que o nosso município já tem com o TFD – Tratamento Fora do Domicílio. A Presidente Maria Tereza deixou claro que é sensível ao acesso do cidadão ao SUS e que seja de forma integral como rege os princípios do SUS e que não está criando empecilho e que precisa enxergar essa tabela não como um folego, mas sim ponderar os valores exorbitantes que estavam sendo proposto e que entende que essa portaria foi publicada há uma semana e por isso sugere rediscutir, até para que todos se sintam confortáveis e para que o valor que o tesouro municipal terá que injetar na majoração sejam menores. O Conselheiro Ricardo Oliveira argumentou que o governo federal percebeu uma dificuldade que o nosso município já tinha percebido há muito tempo, de que os valores praticados não eram mais viáveis. A Presidente Maria Tereza rebateu que o governo federal não percebeu somente agora, porque a tabela do SUS tem 24 anos que não sofre alterações e o ministério da Saúde para dar mais acesso as especialidades, majorou as tabelas e reforçou que, para que todos possam analisar as propostas para votação sem nenhum incomodo, é preciso rediscutir, até porque se retirar valores exorbitantes do tesouro municipal para financiar a especializada, estará punindo a atenção primária e hospitalar, porque o recurso é finito. A Assessora Especial, Sra. Gléssia Tigre informou que concorda que precisa revisar ponto a ponto, quanto as OCIs, informou que não encontrou muita ligação com a Atenção Básica e sim para preencher um vazio assistencial que existe entre a Atenção Primária e a Atenção Especializada, mas que entende que é um modelo que se der certo será muito proveitoso, mas como é algo novo está ainda gerando muitas incertezas em todos os municípios do país. A Conselheira Fernanda Lima Aguiar informou que são portarias muito recentes e que algumas ainda não acompanharam e que as informações trazidas pela Presidente a fez entender que seria importante mais um momento de discussão, relatou ainda que entendeu também as justificativas da DRAC e que estava inclusive tendenciosa a aprovar a planilha no dia de hoje, mas diante desses fatos novos com publicações recentes de portaria seria válido sim um nova discussão com a Comissão de Saúde e sugeriu já deixar um data agendada. A Secretária de Saúde, Sra. Fernanda Maron informou que entende as colocações e sugestões antes de votar, porém a gente tem que olhar a realidade do município e que também incomoda com esses valores que o tesouro municipal tem que injetar, em seguida deixou claro que, mesmo atualizando planilha, o valor final não será alterado e sim o valor que o município irá aportar, quanto a OCI informou que é algo novo para todos e que participou de uma reunião muito longa e confusa e que muitas coisas deixaram para execução do estado como muitos outros municípios fizeram. A Presidente Maria Tereza informou que discorda quando a Sra. Fernanda Maron informa que não irá mudar com a atualização da planilha, até porque o valor base irá aumentar e para chegar no valor final o município terá que injetar menos dinheiro e que inclusive terá situações que não irá ultrapassar os 100% e que nem vai precisar discutir. O Conselheiro Herberson Sousa lembrou-se que o



363 ambiente dessa discussão é totalmente diferente do ambiente hostil de agosto de 2024, onde
364 houve pressão e tentativa de responsabilizar os Conselheiros se caso não houvesse a aprovação
365 da majoração, inclusive comprometendo a liberdade de expressão e o direito de mandato de
366 cada Conselheiro, quanto aos valores apresentados, acredita que ainda tem situações que não
367 tem como digerir e que na época falou sobre o princípio da economicidade estabelecido pelo
368 constituição federal no seu art. 70 que o princípio da economicidade é a promoção e resultados
369 esperados com menor custo possível, entendendo que isso pressupõe a união da qualidade,
370 celeridade e menor custo a prestação de serviço ou no trato com bem público, portanto é um
371 eixo que deve ser seguido e quando apresenta uma majoração de trezentos e quarenta e um
372 reais para mais de dois mil reais, não entendeu, objetivamente, onde está o uso desse princípio,
373 além de ter as portarias que foram mencionadas, lembrou-se que participaram de uma
374 conferência nacional e teve a oportunidade de conversar com algumas pessoas ligadas ao
375 Ministério da Saúde e tratou desse assunto, na oportunidade relatou que acompanha um familiar
376 que é cadeirante e que ele teve que trocar a cadeira e que demorou quase dois anos e que uma
377 das respostas dada ao paciente é que a cadeira era muito cara e se questionou porque é caro
378 comprar uma cadeira para um paciente que foi vítima de um acidente que mora na periferia, onde
379 tem maiores dificuldades de locomoção e não é caro aumentar um procedimento de trezentos e
380 quarenta e um reais para mais de dois mil reais e por isso o Conselho de Saúde precisa debruçar
381 nesse tema, até porque precisa, concordando ou não, se convencer e ser convencido que o que
382 está acontecendo aqui é resultado de uma discussão madura e que é muito importante que tenha
383 outra reunião antes de submeter a votação e que não irá impactar mais porque esse problema é
384 histórico e sugeriu inclusive que a Comissão de Saúde emita um parecer, porque esse parecer
385 pode até nortear a votação e que essa votação não implica em ser contra o governo ou não e
386 sim baseando no princípio da economicidade e que tem que levar em consideração a última
387 portaria que foi publicada e que esses valores que destoam muito precisa de um olhar mais técnico
388 e que de repente são valores cabíveis, mas precisa passar pelo processo de convencimento e
389 que inclusive essa apresentação foi mais aberta a discussão e que isso é muito bom o que leva
390 a acreditar que avançou muito desde o início desse processo, mas ainda é pouco digerível ver
391 valores tão altos de majoração e dessa forma ainda não é o momento de votar. O Conselheiro
392 Deusdete de Jesus lembrou-se que os valores discutidos são os mesmos de 2024 e a gente não
393 contava com o aumento do dólar que pode repercutir nos valores de alguns insumos, bem como
394 medicamentos e mão de obra. A Gerente de contas médicas do Hospital SAMUR, Sra. Daiane
395 informou do interesse do hospital pela chamada pública, porém reforçou a dificuldade de custear,
396 para além do serviço do profissional os custos fixos e que seria muito importante a majoração
397 desses valores para que Hospitais como o SAMUR, que presta serviço de qualidade, possa
398 também entrar na oferta desses serviços, até porque com os valores que estão sendo praticados
399 é impossível trabalhar. A Conselheira Maria de Fátima Amorim informou que concorda que tenha
400 um novo encontro com a Comissão de Saúde e que também era uma preocupação a majoração
401 de valores tão alto como que foi citado pelo Conselheiro Herberson Sousa, mas o governo federal
402 já deu o primeiro passo, agora acredita que atualizando a planilha com os novos valores e
403 ajustando com a Comissão de Saúde será suficiente para votar na próxima reunião. A Presidente
404 Maria Tereza informou que para o Conselho de Saúde é uma grata surpresa ver que o Hospital
405 SAMUR tem interesse de atender o SUS, até porque se trata de um excelente hospital, acredita
406 que um dos melhores hospitais particulares do município e que faz uso do hospital através do
407 seu plano de saúde e tem propriedade para dizer e agradeceu por essa iniciativa e que será

Além

absento

Que

Meia

✓

flex

✓

pele

pele

pele

pele

X

1

408 muito bom para o SUS e para o usuário e que Dra. Josana Andrade poderia pensar em ampliar
409 para mais atendimentos já que tem o espaço do antigo São Geraldo fechado e que a população
410 precisa daquela espaço funcionando novamente. O Conselheiro Ricardo Oliveira informou que
411 já foi muito criticado por defender os prestadores de saúde e da mesma forma que os SUS não
412 fica sem os prestadores eles também não ficam sem o SUS e que a população precisa do serviço
413 e que gostaria muito que a saúde fosse, de fato, universal, quanto a portaria, informou que
414 entende que assim que surgiu a nova tabela automaticamente teria que refazer o cálculo, até
415 porque a conta agora é outra e é inevitável que retornasse para a Comissão de Saúde para
416 atualizar e a depender dos novos valores e se não superar os 100% nem precisa retornar para
417 o Conselho de Saúde para aprovação e sugeriu já se reunir dia 13 ou 14 de janeiro de 2025 as
418 14:30 horas, já para fazer esses ajustes. A Presidente Maria Tereza sugeriu dia 13 de janeiro de
419 2025 de forma on-line, em seguida questionou se todos concordam que seja dessa forma, todos
420 estavam de acordo. A Diretora da DRAC, Sra. Aline dos Anjos se comprometeu atualizar a tabela
421 até sexta – feira e encaminhar para a Comissão de Saúde e concorda com a data e a proposta
422 da reunião se on-line. **Quarto Ponto de Pauta. Esclarecimentos quanto a atual situação da**
423 **Fundação de Saúde de Vitória da Conquista e da possível privatização do referido**
424 **hospital;** O Conselheiro Ricardo Oliveira leu o ofício nº 001/2025 da Diretoria da Fundação de
425 Saúde de Vitória da Conquista, Senhora Presidente, Reconhecendo o papel e a importância do
426 Conselho Municipal de Saúde para as políticas públicas municipais de saúde, e em atenção ao
427 ofício 059/24 CMS-VC, informo, a impossibilidade de comparecer à reunião do dia 08/01/24, uma
428 vez que na data de solicitação de minha presença já havia outro compromisso agendado. Em
429 tempo, solicito que sejam indicados os canais de reportagem, os links, ou imagens mencionadas
430 no referido ofício, para que possamos compreender o mérito das questões e sejam
431 providenciadas as respostas de forma adequada. Por fim, ressalto a nossa disponibilidade para
432 demais esclarecimentos que se fizerem necessários. Atenciosamente, Daniel Perrucho Faria de
433 Miranda Santos, Diretor Geral – FSVC. A Presidente Maria Tereza informou que infelizmente
434 terá que suspender esse ponto de pauta, porém a denúncia que citou no início da reunião que
435 seria feita em sua presença, ainda assim será feita em sua ausência. **O que ocorrer;** Primeiro.
436 A Presidente Maria Tereza leu a denúncia que informava: Boa noite Sra. Tereza a prefeita já
437 começou fazendo a farra lá na Fundação de Saúde e anexo vem uma postagem de uma
438 publicação no diário oficial de 03 de janeiro de 2025 o resumo do Contrato nº 229 /2024-FSVC,
439 onde a Fundação de Saúde de Vitória da Conquista contratou a empresa CCMR Consultoria,
440 Assessoria e Serviços Ltda. Por meio de um Edital de Chamamento Público de nº 001/2024, ATA
441 de INEXIGIBILIDADE nº 033/2024 – Processo Administrativo nº 584/2024, para prestar serviço de
442 assessoria e cotação orçamentária, onde foi assinado em 20 de dezembro de 2024 com vigência
443 até 2027, no valor de anual estimado em R\$ 114.000,00 (cento e quatorze mil). Até aí tudo
444 normal, porém foi informada também que um dos sócios da empresa é o Sr. Cleyson Marques
445 Rodrigues, especialista em Gestão de Pessoas e Psicologia Organizacional, porém fala que o
446 mesmo é graduado em Ciências Biológica e que atualmente atua como Coordenador
447 Administrativo, Assessor da Diretoria Administrativa e Financeira e Presidente da Comissão de
448 Licitação da Fundação Pública de Saúde de Vitória da Conquista (BA), que administra o Hospital
449 Municipal Esaú Matos e Laboratório Central, na cidade de Vitória da Conquista, ou seja, o próprio
450 Coordenador Administrativo e Assessor da Diretoria Administrativa e Financeira e Presidente da
451 Comissão de Licitação da Fundação Pública de Saúde de Vitória da Conquista (BA) é um dos
452 donos da empresa sendo seu irão o outro dono o Sr. Clayton Marques Rodrigues, e ponderou

453 que essa situação além de ilegal, é imoral e que o Conselho de Saúde precisa se posicionar e
454 que esse contrato é nulo de fato e de direito e que esse Conselho de Saúde precisa encaminhar
455 por uma deliberação na forma de resolução para que a Fundação de Saúde rompa esse contrato,
456 porque ele é nulo de direito e que discorda na denúncia que a prefeita esteja fazendo fara com
457 o dinheiro da Fundação de Saúde, até porque ao que parece nem a prefeita está sabendo dessas
458 informações que envolvem o contrato e que essa situação requer desse Conselho de Saúde
459 ainda hoje delibera por uma resolução solicitando que anule esse contrato e lamentou que o
460 Diretor da Fundação de Saúde não esteja aqui hoje, porque não gosta de fazer acusação nas
461 ausências, mas como ele não compareceu e a pessoa que fez a denúncia exigiu que ela tomasse
462 uma posição, enquanto Presidente desse Conselho de Saúde. A Secretaria de Saúde, Sra.
463 Fernanda Maron informou que não recebeu nenhuma denúncia dessa natureza e que soube
464 agora junto com os demais e o que pode dizer é que, enquanto Secretaria de Saúde, irá averiguar
465 essa situação e que também discorda de que a prefeita está fazendo farra com o dinheiro da
466 Fundação de Saúde, até porque não se trata da prefeitura e a Secretaria de Saúde também não
467 responde pela Fundação de Saúde. A Presidente Maria Tereza questionou se a Sra. Fernanda
468 Maron conhece o Sr. Cleyson Marques Rodrigues e se ele exerce mesmo essa função da
469 Fundação de Saúde. A Secretaria de Saúde, Sra. Fernanda Maron informou que não conhece
470 essa pessoa. A Diretora da DRAC, Sra. Aline dos Anjos informou que quando participou de
471 reuniões dentro da Fundação de Saúde a respeito do documento descriptivo o Sr. Cleyson
472 Marques Rodrigues esteve presente. A Presidente Maria Tereza informou que se procurar na
473 internet pelo nome do Sr. Cleyson Marques Rodrigues irá encontrar informações da função dele
474 dentro da Fundação de Saúde e ao mesmo tempo é o sócio da empresa que foi contratada para
475 prestar serviço para a Fundação de Saúde e reforçou que isso é imoral e ilegal e que requer um
476 posicionamento desse Conselho de Saúde. O Conselheiro Herberson Sousa lamentou a
477 ausência do Diretor da Fundação de Saúde e que seria muito importante e que há um rito dessa
478 casa que outros diretores impossibilitados de vir a essa assembleia eles comunicam com uma
479 certa antecedência, quanto a denúncia, citou que a nova Lei de Licitação nº 14.133 de 2021 e de
480 contratos administrativos proíbe terminantemente a participação de funcionários públicos como
481 licitante, seja de carreira, contratado ou comissionado e que o STF também tem parecer que
482 inclusive proíbe a contratação de parentes e do ponto de vista moral é imoral e não é uma falácia,
483 até porque tem documento que comprova a denúncia e documentos publicados no órgão oficial
484 da prefeitura, portanto é formal e concorda que esse Conselho de Saúde, no uso de suas
485 atribuições, deve tomar as providencias cabíveis e que acredita na inocência da Secretaria de
486 Saúde, Sra. Fernanda Maron, até pela fisionomia de espanto com o que foi narrado, relatou ainda
487 que o estado, quando contrata, diz que o gestor é coautor quando homologa qualquer
488 documento, ou seja, essa ação por si só já colocou a prefeita em uma situação muito ruim e que
489 o Conselho de Saúde precisa se posicionar exigindo providencias, inclusive enfatizando que a
490 Secretaria de Saúde foi pega de surpresa com a denúncia, porém a partir desse momento se a
491 Secretaria de Saúde nem a Prefeitura tomar medidas, passa a ser cúmplice desse crime. O
492 Conselheiro Ricardo Oliveira se diz surpreso porque a Presidente, Sra. Maria Tereza em outros
493 momentos não oficiou a denúncia porque o autor não quis aparecer e denúncias apócrifas
494 qualquer um pode fazer, ainda assim, uma vez comprovado é preciso ouvir a outra parte antes
495 de tomar qualquer medida, até porque o princípio do contraditório é um direito do cidadão e pode
496 não ser da forma como foi denunciada, entende que não pode se calar, mas não pode já
497 determinar o que irá fazer sem ouvir a outra parte e que não pode atropelar os princípios

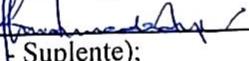
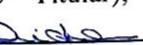
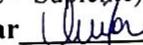
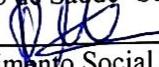
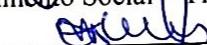
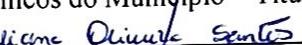
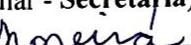
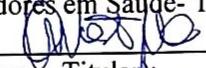
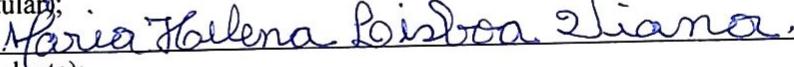
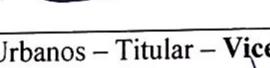
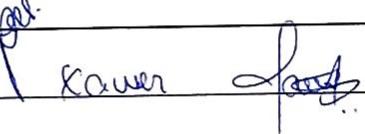
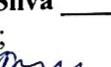
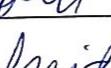
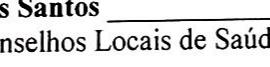
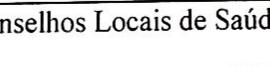
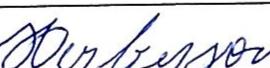
498 fundamentais e citou situações a nível nacional em que fizeram denúncias baseado em site e
499 não tinha fundamento, e reforçou que quem está denunciando precisa aparecer, até para saber
500 quais os interesses dessa pessoa e que confia na fé pública da Presidente desse Conselho de
501 Saúde, que jamais iria trazer qualquer coisa, mas que precisa ter muita cautela com o CPF alheio
502 para não perder a razão. A Presidente Maria Tereza pediu permissão para discordar de algumas
503 falas do Conselheiro Ricardo Oliveira, e como ele mesmo bem disse, é muito cuidadosa e que
504 respeita muito os ritos processuais e a primeira atitude após receber a denúncia, foi verificar no
505 diário oficial para comprovar que o que recebera era verdadeiro e lá estava o resumo do contrato,
506 que inclusive é uma prática de algum tempo para cá, somente colocar o resumo, não satisfeita
507 fez uma busca na empresa para saber que serviço ela prestava e por fim fez um busca para
508 saber quem eram os dois sócios e irmãos e que buscou no escavador para ter acesso ao
509 Curriculum Lattes que é um documento mundial, ou seja, o que consta lá é verdade absoluta
510 autenticada, postada inclusive pelo seu próprio dono e não há nenhum tipo de inverdade em tudo
511 quanto lhe foi mostrado e por esse motivo reforça que esse contrato, independentemente de
512 qualquer motivação, ele é nulo de direito e que é seu dever, enquanto Presidente do Conselho
513 de Saúde, levar isso adiante, até porque uma vez tomando conhecimento e não fazer nada passa
514 também a ser conivente e isso não vai ser e reforçou seu encaminhamento. A Conselheira
515 Fernanda Lima Aguiar informou que não há o que discutir quanto a ilegalidade desse contrato e
516 quando considera que está no Diário Oficial esse servidor está agindo na ilegalidade participando
517 desse tipo de contratação já que tem vínculo com a Fundação de Saúde e o que tem que verificar
518 é se esse senhor permanece trabalhando na Fundação de Saúde, porque muitas vezes a pessoa
519 não atualiza o Curriculum Lattes e reforçou que só precisa confirmar essa informação, porque se
520 ele ainda estiver não tem o que discutir e que não é porque não está dando a defesa ao cidadão,
521 mas é sobre a ilegalidade do ato e uma vez confirmado que ele continua trabalhando na
522 Fundação de Saúde, concorda com o encaminhamento proposto pela Presidente, Maria Tereza.
523 A Conselheira Maria de Fátima Amorim informou que é um fato gravíssimo e que não pode deixar
524 para depois, até porque essa composição desse Conselho de Saúde já está entregando o
525 mandato e que concorda com os encaminhamentos, mas depois de muito bem averiguado
526 quanto a situação do servidor se ainda está trabalhado na Fundação de Saúde e que fica feliz
527 que a Secretaria de Saúde, Sra. Fernanda Maron tenha bom senso e que concorda quando fala
528 que precisa ser averiguado, mas para essa análise precisa de um tempo, desde que rápido, para
529 somente aí tomar as providências. A Secretaria de Saúde, Sra. Fernanda Maron sugeriu
530 formalizar para a própria Fundação de Saúde a solicitação de esclarecimentos, porque ela não
531 tem essa informação que irá sim buscar, mas no momento não tem o que dizer. A Presidente
532 Maria Tereza pediu para que a Sra. Fernanda Maron entrasse em contato com o Setor Pessoal
533 da Fundação de Saúde para buscar essa informação ainda durante a reunião, porque com a
534 informação já toma a decisão do que tem que ser feito e que a Secretaria de Saúde, como
535 autoridade máxima da saúde do município, pode perfeitamente obter essa informação. O
536 Conselheiro Herberson Sousa informou que não acolheu bem o comentário do Conselheiro
537 Ricardo Oliveira que foi um comentário muito ruim, porque com isso ele desestrói todo cuidado
538 que uma Conselheira, que é Advogada e que sabe quais são as prerrogativas da lei, trouxe para
539 esse Conselho de Saúde e que foi uma fala incendiária e que até a Secretaria de Saúde, Sra.
540 Fernanda Maron entendeu a situação e que já foi gestor e sabe exatamente qual a legislação
541 que trata disso e que a denunciante tem o direito ao anonimato, até porque o que importa é o ter
542 que foi trazido e que ninguém fez julgamento, simplesmente disse que teria que agir, porque

543 baseado nos fatos apresentados caracteriza crime e em nenhum momento disse que havia
544 cumplicidade, participação ou responsabilidade nem da Secretaria de Saúde nem da Prefeita,
545 muito pelo contrário e que citou que viu o espanto da Sra. Fernanda Maron ao receber a notícia
546 e que isso aconteceu na ponta, tanto é que a Secretaria de Saúde, Sra. Fernanda Maron foi
547 verificar se o cidadão continua trabalhando na Fundação de Saúde e reforçou que a fala do
548 Conselheiro Ricardo Oliveira não ajuda em nada, até porque não houve condenação e esse
549 Conselho de Saúde não tem essa função e que não tem nada contra o Conselheiro Ricardo
550 Oliveira, mas que ele foi infeliz na fala é inegável. A Secretaria de Saúde, Sra. Fernanda Maron
551 informou que falou com o Diretor da Fundação de Saúde por telefone brevemente, porque ele
552 está em uma reunião, mas foi informada que o Sr. Cleyson Marques Rodrigues não está mais
553 nomeado na instituição. O Conselheiro Herberson Sousa reforçou o questionamento é se o Sr.
554 Cleyson Marques Rodrigues não trabalha mais na Fundação de Saúde, porque não ser nomeado
555 não quer dizer que ele não trabalha mais lá porque pode ser servidor público. A Presidente Maria
556 Tereza acrescentou que precisa saber se ele tem algum vínculo de concurso, contrato ou
557 nomeação, porque infelizmente o Portal da Transparência não traz mais informações dos
558 funcionários da Fundação de Saúde e que poderia ver nas contas do Fundo Municipal de Saúde
559 com o Diretor Financeiro, Sr. Edinael Pardim. A Diretora da DRAC, Sra. Aline dos Anjos informou
560 que quem deveria prestar essa informação era a própria Fundação de Saúde. A Presidente Maria
561 Tereza argumentou que a Secretaria de Saúde quem paga a folha da Fundação de Saúde,
562 mesmo que de forma indireta. A Secretaria de Saúde, Sra. Fernanda Maron deixou claro que
563 essa informação tem que ser dada pela Fundação de Saúde, mas que falou novamente com o
564 Sr. Daniel, Diretor da Fundação de Saúde e que a Assessora Jurídica da Saúde, Sra. Jamille
565 estava presente e que foi informada que o Sr. Cleyson Marques Rodrigues não tem vínculo com
566 a instituição e que o mesmo foi exonerado do cargo, mas que esse Conselho de Saúde também
567 precisa buscar informações. A Presidente Maria Tereza ponderou que diante das informações
568 prestadas que é preciso repensar o encaminhamento e sugeriu fazer um documento com tudo
569 que foi colocado aqui, endereçado a Secretaria de Saúde com cópia para o Diretor da Fundação
570 de Saúde, porque quem mantém a instituição financeiramente é a Secretaria de Saúde e reforçou
571 que encaminhe solicitando esclarecimentos da Secretaria de Saúde e da Fundação de Saúde
572 sobre o Sr. Cleyson Marques Rodrigues, se ele faz parte da folha de pagamento e se foi
573 exonerado qual foi a data da exoneração porque precisa equiparar com a data do contrato,
574 porque se o Sr. Cleyson Marques Rodrigues participou da elaboração da ata de contrato ainda
575 como funcionário da Fundação de Saúde essa ata tem vício, por fim todos os Conselheiros
576 presentes concordaram com o encaminhamento. O Conselheiro Ricardo Oliveira questionou e
577 se o Sr. Cleyson Marques Rodrigues trabalhar em outro setor da prefeitura. A Presidente Maria
578 Tereza argumentou que ainda assim ele não podia participar de nenhum processo licitatório. O
579 Conselheiro Herberson Sousa reforçou que ninguém é funcionário da Secretaria de Saúde
580 especificamente e sim lotado no município e ninguém na condição de concursado, pode contratar
581 nenhum tipo de serviço com o ente municipal e ponderou que concorda com o encaminhamento
582 e depois, em posse dos esclarecimentos, tomar as próximas medidas. **Segundo.** A Presidente
583 Maria Tereza informou do ofício oriundo da Secretaria de Saúde solicitando informações que
584 foram solicitadas pela Procuradoria do Município para a Secretaria de Saúde acerca do Processo
585 eleitoral da Fundação de Saúde e que acreditava que havia sido muito clara, tanto na fala da
586 reunião do Conselho de Saúde, quanto na reunião onde estava presente a Sra. Fernanda Maron,
587 Sra. Jamille, Assessora Jurídica e a Comissão Eleitoral em agosto de 2024, onde esclareceu

588 tudo que aconteceu e quando recebeu uma cópia de um ofício da Procuradoria do Município e
589 que não atendeu na época porque entendeu que a Procuradoria estava solicitando da Secretaria
590 de Saúde, mas após insistência da Secretaria de Saúde, Sra. Fernanda Manon em mandar um
591 ofício dizendo que precisava das informações para que pudesse responder para a Procuradoria
592 do Município, ela já havia dado o retorno que toda essa temática que envolve a eleição do
593 Conselho Curado da Fundação de Saúde encontra-se na Corregedoria de Justiça do Estado da
594 Bahia, porque isso foi uma decisão da mesa diretora que fez uma representação ao Ministério
595 Público de Vitória da Conquista e encaminhou uma representação a Corregedoria, portanto ao
596 que diz respeito dessa eleição está na mão da Promotoria e da Corregedoria. O Conselheiro
597 Ricardo Oliveira sugeriu então que a mesa diretora faça um ofício informando tudo quanto foi dito
598 pela presidente, porque acredita que está faltando essa resposta oficial e lamentou que não foi
599 feita as atas das reuniões que a Comissão Eleitoral do Conselho Curador fez. A Presidente Maria
600 Tereza informou que não ver nenhum problema em encaminhar o ofício, mas não o fez porque
601 compreendeu que a Secretaria de Saúde e a Assessoria Jurídica já tinha entendido porque foi
602 dito no microfone e que está em ata, que não iria mais tratar daquele assunto porque já estava
603 judicializado. **Terceiro.** A Secretaria de Saúde, Sra. Fernanda Maron, quanto ao Projeto Janeiro
604 Verde e a coleta do preventivo, informou que uma das discussões da Secretaria de Saúde foi
605 justamente essa questão dos resultados dos preventivos e que hoje a entrega dos resultados
606 está entre trinta e quarenta e cinco dias no máximo e por isso que a campanha traz sensibilizar
607 as mulheres buscar os resultados e apresentar ao profissional médico ou enfermeiro para que
608 possa fazer a análise do resultado. A Presidente Maria Tereza sugeriu encaminhar, como
609 proposta, um ofício a Secretaria de Saúde com cópia para o Laboratório Municipal solicitando
610 formalmente a informação de qual é o real percurso que esses preventivos, do momento da
611 coleta até o recebimento desse resultado, porque esse Conselho de Saúde foi informado pela
612 gestão que era 120 dias, logo depois trouxe a informação de que eram 90 dias e agora a
613 informação da Sra. Fernanda Maron é que está entre 30 e 45 dias, portanto esse Conselho de
614 Saúde precisa dessa informação muito bem definida e que 45 dias ainda é um tempo muito
615 grande e dessa forma não tem Programa de Janeiro Verde que dê certo. A Diretora da Atenção
616 Básica, Sra. Tayse Amâncio complementou que, enquanto enfermeira da Unidade de Saúde na
617 época, presenciava esse problema dos resultados que demoraram até 90 dias, porém quando
618 informatizou todas as Unidades de Saúde e todos passaram a usar o SISCAN - Sistema de
619 Informação do Câncer, facilitou muito a entrega dos resultados e por isso reduziu esse tempo,
620 porque os profissionais das Unidades de Saúde tem acesso ao resultado via sistema e já imprime
621 e entrega para a paciente, mas via de regra esses resultados chegam impressos nas Unidades
622 de Saúde. A Presidente Maria Tereza informou que entende quando a Sra. Taise Amâncio
623 comenta do seu lugar de fala enquanto enfermeira da Unidade de Saúde, mas que também fala
624 de um outro lugar de fala de pessoas que realizam as leituras das lâminas de preventivo e que
625 tem vários colegas que trabalham no setor de citopatologia e que inclusive uma colega que
626 aposentou fazia toda a diferença nessa questão de agilidade e os demais colegas tem
627 dificuldades de agilidade também pela grande quantidade de lâminas que recebem, não só de
628 Vitória da Conquista, mas de todos os outros municípios pactuados e sugeriu revisitar essa
629 pactuação, porque se essa pactuação estiver sendo o motivo para tanto atraso nos resultados
630 das nossas municíipes, essa pactuação precisa ser revista, em seguida sugeriu que encaminhe
631 um ofício para a Secretaria de Saúde com cópia para o laboratório municipal solicitando que
632 declare o percurso dessa usuária do momento da coleta até o resultado do citopatológico. A

633 Diretora da Atenção Básica, Sra. Tayse Amâncio reforçou que assim que esse exame é coletado
634 o profissional da Unidade de Saúde já lança no sistema, ficando somente a análise por conta do
635 laboratório municipal que depois de laudado encaminha para a Unidade de Saúde para que a
636 paciente seja avaliada pelo médico ou enfermeiro, e para além disso os profissionais tem acesso
637 ao sistema e assim que o exame é disponibilizado o profissional já agiliza a entrega e a avaliação.
638 A Presidente Maria Tereza ponderou que tem alguns fatores que estão impactando nessa
639 demora em várias fases do processo e que esse tipo de exame tem a fase pré-analítica que é a
640 marcação do exame, o cadastro da paciente e a coleta desse material, analítica que é chegar no
641 laboratório, corar essas lâminas, preparar, montar, examinar essas lâminas e laudar e pós
642 analítica que é esse laudo estar no sistema disponível para a atenção primária para chegar até
643 a paciente e que precisa entender em que pedaço do processo analítico está havendo essa
644 demora e que acredita ser no analítico pela quantidade imensa de lâminas que o laboratório
645 municipal recebe e que inclusive pode solicitar essas fases no ofício que sugeriu encaminhar
646 para os setores responsáveis. O Conselheiro Ricardo Oliveira questionou se não tem outro
647 laboratório contratado que faz esse exame ou se é somente o Laboratório Municipal. A Assessora
648 Especial, Sra. Glêissia Tigre informou que quanto a pactuação a gestão tem tido o cuidado de
649 observar, porque antes os municípios tinham o hábito de mandar sem limite como se fosse
650 demanda livre e o próprio laboratório municipal hoje revisou e está recebendo conforme a
651 quantidade que está descrita na pactuação, mas que irá rever essa situação, porque pode ser
652 que no descriptivo está pactuado mais do que o município pode atender. O Conselheiro Ricardo
653 Oliveira lembrou-se que foi discutido nesse Conselho de Saúde que as mulheres não estavam
654 procurando o serviço e que nem estavam conseguindo atingir a meta do município e agora as
655 que procuram estão enfrentando essa dificuldade de conseguir o resultado no tempo oportuno e
656 isso fica confuso. A Presidente Maria Tereza agradeceu a todos por estarem aqui até essa hora
657 e fez um resumo dos encaminhamentos como: Se reunir na próxima segunda feira dia 13 de
658 janeiro de 2025 às 14:00 horas de forma online e presencial para discutir o novo formato do
659 edital, tendo em vista a publicação da Portaria nº 6465 de 30 de dezembro de 2024 do Ministério
660 da Saúde que modificou os valores da tabela SUS; Elaborar um ofício para a Secretaria de Saúde
661 com cópia para o Diretor da Fundação de Saúde, solicitando esclarecimentos desse contrato
662 envolvendo o Sr. Cleyson Marques Rodrigues, para que esse Conselho de Saúde não se passe
663 de omissão, tendo em vista que o Conselho de Saúde foi provocado acerca de aparente
664 irregularidade na contratação de empresas por inelegibilidade, entre uma pessoa que é
665 funcionária da instituição e o próprio ente público; Elaborar um ofício para a Secretaria de Saúde
666 com cópia para o Laboratório Municipal solicitando formalmente a informação de qual o real
667 percurso que esses preventivos, do momento da coleta até o recebimento desse resultado, passa
668 para tentar identificar quais são as fragilidades que estão acontecendo em cada fase do
669 processo, como forma desse Conselho de Saúde auxiliar com o Projeto Janeiro Verde de autoria
670 do Dr. Renato que inclusive já virou lei no município e por fim responder, por ofício, a Procuradoria
671 do Município informando que o processo da eleição do Conselho Curador encontra-se
672 judicializado. A Presidente Maria Tereza agradeceu a todos e desejou um 2025 de muita paz,
673 como foi a reunião de hoje e agradeceu pela parceria e por ter atendido ao chamado para se
674 reunir hoje e declarou encerrada a reunião. A presente ata foi lavrada por Pollyanna Mara de
675 Oliveira Dantas, Secretária Executiva do Conselho, e será aprovada na próxima reunião ordinária
676 do Conselho Municipal de Saúde.

677 Vitória da Conquista, 08 de janeiro de 2025.

678 **Fernanda Oliveira Maron** 
679 (Secretaria Municipal de Saúde - Titular);
680 **Aline Lima dos Anjos** 
681 (Secretaria Municipal de Saúde - Suplente);
682 **Taise de Alcântara Amâncio** 
683 (Secretaria Municipal de Saúde - Titular);
684 **Lorena Silveira Almeida** 
685 (Secretaria Municipal de Saúde - Suplente);
686 **Fernanda Lima Novais Aguiar** 
687 (Núcleo Regional - Titular);
688 **Josana P. Andrade Melo** 
689 (Setor Privado de Saúde/Filantrópico de Saúde- Suplente);
690 **Ricardo Alves de Oliveira** 
691 (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - Titular);
692 **Maria Tereza Magalhães Moraes** 
693 (Profissionais de Farmácia e Bioquímicos do Município - Titular - Presidente);
694 **Juliana Oliveira Santos** 
695 (Profissionais de Enfermagem - Titular - Secretária);
696 **Fabiana Lima Cavalcante** 
697 (Entidade de Trabalhadores em Saúde- Titular);
698 **Osvaldo West Filho** 
699 (Associação de Moradores- Titular);
700 **Maria Helena Lisboa Viana** 
701 (Associação de Moradores- Suplente);
702 **Jhoren Bonfim Sizisnande** 
703 (Sindicato dos Trabalhadores Urbanos - Titular - Vice-presidente);
704 **Giovânia Márcia Vieira Souto** 
705 (Sindicato dos Trabalhadores Urbanos - Suplente);
706 **Tainá Lima Xavier** 
707 (Sindicato dos Trabalhadores Rurais - Titular);
708 **Maria de Lourdes Ribeiro e Silva** 
709 (Entidades Religiosas -Titular);
710 **Cleiton Alves Batista** 
711 (Matriz Africana - Suplente);
712 **Leide Barros Alves Costa** 
713 (Entidades Filantrópica do Município - Suplente);
714 **Maria de Fátima Amorim dos Santos** 
715 (Conselheiros Usuários dos Conselhos Locais de Saúde - Titular);
716 **Leda Maria Rosa Santos** 
717 (Conselheiros Usuários dos Conselhos Locais de Saúde - Titular);
718 **Deusdete de Jesus Oliveira** 
719 (Movimento Negro - Titular);
720 **Herberson Sousa Silva** 
721 (Movimento Negro - Suplente).